



LICENTECH.

CNPJ: 53.652.870/0001-01

Endereço: Rua José Gelain, 114, Rubem Berta, Porto Alegre, RS

Telefone: (51) 9342-9227

E-mail: licitacoes@licentech.com.br

AO ILUSTRÍSSIMO SENHOR PREGOEIRO DO TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE MATO GROSSO

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 90004/2025

Processo Administrativo n.º 03605.2023-5

LEONARDO PASSOS GOEBEL, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ n.º 53.652.870/0001-01, com sede na cidade de **Porto Alegre/RS**, neste ato representada por sua **Assessoria Jurídica**, vem, respeitosamente, apresentar suas

CONTRARRAZÕES AO RECURSO ADMINISTRATIVO

interposto pela empresa **MAPData Tecnologia, Informática e Comércio LTDA**, com fundamento na Lei Federal nº 14.133/2021, demais normas aplicáveis à matéria licitatória, bem como nos fatos e fundamentos a seguir expostos:



LICENTECH.

I – DA TEMPESTIVIDADE

As presentes contrarrazões são tempestivas, sendo apresentadas dentro do prazo legal de três dias úteis, conforme estabelece o art. 165, §3º da Lei nº 14.133/2021.

II – DO OBJETO DO RECURSO INTERPOSTO

O recurso interposto pela empresa MAPData busca impugnar a habilitação da empresa ora recorrida, sob o argumento de que esta não possui autorização específica da Adobe com "especialização em governo". Tal argumento não encontra respaldo legal, tampouco editalício, e é manifestamente improcedente, como se demonstrará.

Importante destacar que **a conduta da empresa MAPData, ora recorrente, não se trata de fato isolado**. Essa mesma postura de tentar desqualificar concorrentes por meio de **acusações infundadas e interpretações enviesadas de documentos** já foi verificada em outros certames, com claro intuito de obter vantagens competitivas indevidas. Tal prática merece ser observada com cautela por esta respeitável Comissão, pois pode configurar desvio de finalidade e litigância de má-fé, condutas estas repudiadas pelo ordenamento jurídico e que devem ser coibidas com o devido rigor.

Reitera-se que a ora impugnada atua de forma íntegra, transparente e plenamente regular no fornecimento de soluções de software, com atuação nacional reconhecida, inclusive junto a diversos órgãos públicos, sempre respeitando os ditames legais e contratuais.

III – DA REGULARIDADE NA HABILITAÇÃO

A empresa LEONARDO PASSOS GOEBEL cumpriu integralmente todos os requisitos previstos no edital e na legislação vigente:

a) Habilitação Jurídica, Fiscal e Trabalhista

Foram apresentados os documentos exigidos no edital, todos válidos, atualizados e compatíveis com a atividade econômica da empresa.

b) Qualificação Técnica

A empresa apresentou atestados de capacidade técnica comprovando a execução de fornecimentos compatíveis com o objeto licitado, em conformidade com o art. 67 da Lei nº 14.133/2021.

c) Autorização do Fabricante

A recorrida apresentou **documento oficial emitido pela Adobe**, conferindo-lhe autorização plena para comercializar seus produtos em território nacional, inclusive junto a órgãos públicos. Tal documento está assinado digitalmente e é passível de verificação através de links e plataformas de autenticação oficiais, conforme os padrões internacionais de validação documental.

Quanto à documentação apresentada pela empresa recorrente, é importante esclarecer que os **links informativos e listagens públicas citadas (Spark, Express, Acrobat etc.)** não possuem qualquer valor legal para comprovar exclusividade ou desautorização. Tratam-se de páginas promocionais, sem força normativa ou validade para fins de habilitação em licitação pública.

Ademais, **tais listas não têm caráter exaustivo ou vinculante**, pois a própria Adobe mantém diferentes canais de distribuição e autorizações individuais, por vezes personalizadas conforme a estratégia comercial e contratos regionais. Ou seja, **a ausência de um nome em uma página específica da web não equivale à falta de autorização oficial**, especialmente quando esta é apresentada por meio de documento formal, assinado eletronicamente, como é o caso da empresa LEONARDO PASSOS GOEBEL.

A jurisprudência do Tribunal de Contas da União é clara ao afirmar que listas genéricas ou informações oriundas da internet não podem suplantar documentos emitidos por autoridade competente, ainda mais quando estes são verificáveis e têm respaldo legal. Assim, a



tentativa da recorrente de deslegitimar um documento oficial com base em prints de páginas informativas deve ser rejeitada de pronto por falta de amparo jurídico.

Por fim, a exigência implícita de uma suposta "autorização exclusiva para governo", além de inexistir no edital, **ferre frontalmente os princípios da isonomia, da competitividade e da ampla participação**, previstos no art. 5º, inciso I, da Constituição Federal e nos arts. 11, 12 e 14 da Lei nº 14.133/2021. Admitir tal exigência implicaria restringir injustificadamente o mercado a um grupo fechado de fornecedores, em detrimento de outros igualmente autorizados pelo fabricante para comercialização plena de seus produtos, o que contraria os interesses da Administração Pública e compromete a seleção da proposta mais vantajosa.

IV – DO PRINCÍPIO DA VINCULAÇÃO AO INSTRUMENTO CONVOCATÓRIO

Nos termos do art. 18, I, da Lei nº 14.133/2021, a Administração Pública está vinculada ao edital. Nenhuma exigência pode ser imposta aos licitantes além daquelas previamente publicadas. O Supremo Tribunal Federal e o Tribunal de Contas da União têm jurisprudência pacífica nesse sentido (vide: TCU, Acórdão 2133/2013-Plenário).

A tentativa da recorrente de inserir um requisito não previsto no edital é flagrantemente ilegal e afronta a isonomia e a competitividade do certame (art. 5º, caput, da CF/88; art. 11 da Lei 14.133/21).

V – DA AUSÊNCIA DE FUNDAMENTO TÉCNICO NAS ALEGAÇÕES

A empresa MAPData utiliza links genéricos da internet como suposta "prova" de exclusividade ou de desautorização. Não há qualquer documento emitido pela Adobe restringindo a atuação da empresa LEONARDO PASSOS GOEBEL. Os documentos apresentados pela recorrida, ao contrário, **são oficiais e autênticos**, estando em perfeita conformidade com o art. 63 da Lei 14.133/21.

VI – DO PRINCÍPIO DA ISONOMIA E DA LIVRE CONCORRÊNCIA

A tentativa da recorrente de desclassificar a ora recorrida com base em critérios subjetivos compromete gravemente a isonomia entre os licitantes (art. 5º, I, da CF/88; art. 11, I, da Lei 14.133/21). Não cabe ao concorrente interpretar e impor exigências em nome do fabricante, tampouco excluir a concorrência por meio de exclusividade questionável.

VII – DA JURISPRUDÊNCIA DO TCU

O Tribunal de Contas da União tem decidido reiteradamente que:

“A exigência de credenciamento ou autorização específica do fabricante só é válida quando expressamente prevista no edital e fundamentada tecnicamente. A mera conveniência comercial não pode restringir a competitividade.” (Acórdão TCU nº 1483/2016 – Plenário)

VIII – DO PEDIDO

Diante de todo o exposto, requer-se:

1. O não provimento do recurso administrativo interposto pela empresa MAPData;
2. A manutenção da habilitação da empresa LEONARDO PASSOS GOEBEL;
3. O reconhecimento da plena regularidade da documentação apresentada, inclusive quanto à autorização da Adobe;
4. A continuidade do certame, com respeito aos princípios da legalidade, isonomia, vinculação ao edital e seleção da proposta mais vantajosa;
5. Caso Vossa Senhoria entenda necessário, a aplicação de advertência à recorrente pela prática de atos potencialmente protelatórios e infundados, com base no art. 155 da Lei nº 14.133/2021.

Nestes termos,
Pede deferimento.

Porto Alegre/RS, 26 de Abril de 2025

LEONARDO PASSOS GOEBEL

Diretor Executivo – LICENTECH

Assessoria Jurídica | (47) 9 9905-8929

contato@licentech.com.br | (51) 9 9342-9227

